

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Proc. de Termos Licitações e Contratos -

PARECER Nº: 0573/2017

PROCESSO:2017.02.003989

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DA SAÚDE

ASSUNTO: Elaboração de Minutas - Contratos Administrativos - Outras Consultas em Contratos Administrativos

À Chefia da PTLC

Reiterando o que disposto na Diligência n. 566/2017 (fls. 10), é de ver-se que a consulta formulada em tese implica um posicionamento conservador e, também, em tese. Nesse sentido, a efetiva possibilidade e análise jurídica da situação apresentada só resta possível no momento em que se concretizem as definições do projeto levado a cabo pela Secretaria de Saúde em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o PNUD.

Dito isso – e partindo para a análise dos esclarecimentos formulados pela Secretaria (fls. 12-13) –, a modelagem prévia do projeto aparenta não trazer maiores óbices do ponto de vista jurídico. No entanto, e conforme já dito, tal afirmação só poderá ser efetivamente feita quando das definições por parte da Secretaria e seus parceiros.

De fato, o aspecto inovador do projeto há de ser destacado (utilização do RDC e de seu regime de contratação integrada). Assim, destaco, de forma objetiva, as respostas aos quesitos formulados pela Secretaria:

1) Não. A legislação relativa ao RDC é tida, sobremaneira, como norma geral. Ainda que o Município tenha competência para editar regulamentação acerca de tal norma geral, não vislumbro empecilho de ordem legal, ao menos em tese, para a utilização do RDC pelo Município.

2) A pergunta é de difícil resposta objetiva pois essa Procuradoria desconhece, por ora, os termos efetivos do projeto e de seu objeto. De toda sorte – e novamente em tese –, é de ver-se que o critério de julgamento é admitido na legislação do RDC e, ao menos em tese, seria cabível para eficientização energética.

3) Quando da edição da Lei do RDC (Lei Federal n. 12.462/2011) o art. 9º, §2º, III indicava a necessidade de que a contratação integrada utilizasse, de forma obrigatória, o critério de julgamento de técnica e preço. Com a revogação de tal dispositivo, torna-se ao menos aparente a possibilidade de conjugação da contratação integrada com o critério de maior retorno econômico. Repita-se, no entanto, que uma análise mais apurada somente pode ser feita diante do objeto final pretendido (e não apenas em tese, como ora se faz).

4 e 5) A questão maior nesse ponto é a do enquadramento do projeto / objeto específico no âmbito do RDC, sobretudo a teor da limitação objetiva em cima da qual a própria norma do RDC nasceu. Ainda que se veja que, com o tempo, o escopo do RDC foi notadamente aumentado, é necessário debater se o referido projeto poderia ser enquadrado, por exemplo, como obra dentro do SUS (vide art. 1º, V da Lei do RDC). De toda forma – e ainda que se possa encontrar outros fundamentos e/ou enquadramentos –, é de ver-se a possibilidade de o Município aumentar para si o escopo do RDC, como já fizeram outros Estados e Municípios (como exemplo, a Lei Estadual de Santa Catarina n. 16.020/2013).

Ao menos em tese, resta aparente que o projeto / objeto em discussão poderia ser enquadrado no art. 9º da Lei do RDC, na medida em que a questão da eficiência energética em hospitais públicos poderia, a depender de sua efetiva especificação, ser enquadrada em qualquer um dos três incisos do já citado art. 9º (I - inovação tecnológica ou técnica; II - possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou III - possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado).

Ressalto, mais uma vez, que as respostas foram formuladas em tese, sendo impossível, por ora, uma apreciação finalística da matéria, conforme já informado.

Recife, 21 de setembro de 2017

Bruno Santos Cunha
Procurador do Município do Recife
Matrícula 87.476-8